



Com um pé dentro da empresa

Possibilidade de votar remotamente pode estimular a participação de acionistas minoritários em assembleias

Natalia Gómez, de São Paulo

Nem o crescente desenvolvimento do mercado de ações no Brasil tem conseguido mudar a pífia participação dos acionistas minoritários nas assembleias das companhias. Oportunidade rara para a troca de informações entre os investidores e a direção das empresas, esses eventos atraem um público

reduzido porque ocorrem obrigatoriamente na sede das companhias — o que, para o acionista, significa investir tempo e dinheiro. Mesmo com esta falta de tradição, as assembleias estão prestes a ganhar um novo estímulo.

Neste ano, começa a valer o voto eletrônico dos acionistas, feito remotamente durante a assembleia. O texto, que mu-

da a Lei das Sociedades por Ações, ainda será regulamentado pela CVM (Comissão de Valores Mobiliários), mas já permite a adesão das empresas com ações listadas na bolsa.

Até agora, o acionista podia enviar o voto eletronicamente para ser representado por procuração nas assembleias. Isso significa que um advogado ou ad-

No ano passado, os acionistas da SulAmérica conheceram a sede da seguradora, no Rio de Janeiro

ministrador da companhia precisava participar presencialmente do evento em nome do acionista. Caso contratasse um advogado para fazer o serviço, o acionista poderia arcar com honorários de R\$ 3 mil a R\$ 5 mil, custo considerado elevado, especialmente para pessoas físicas. A outra opção é usar ferramentas oferecidas por consultorias especializadas, como a da MZ Consult. Chamado de Assembleia Online, o serviço da consultoria é pago pelas companhias e não gera custos para o acionista. Até o momento, a MZ conta com 12 empresas listadas neste serviço.

O sócio da gestora de recursos Polo Capital, Claudio Andrade, conta que, hoje, a participação em assembleias é custosa e difícil, pois requer não apenas a presença de um representante ou do próprio minoritário, mas também uma extensa documentação. “Mesmo os fundos de investimento que possuem maior estrutura têm custos expressivos para exercer seu voto e ter representatividade em assembleias”, afirma Andrade.

Com a nova regra, o voto poderá ser



exercido remotamente durante o encontro, o que deve reduzir os custos. Na visão de especialistas, a mudança pode estimular a participação dos acionistas que hoje se ausentam das reuniões. “Qualquer ferramenta que facilite o acesso e o debate terá um efeito importante, em especial uma ferramenta eletrônica”, afirma Renato Chaves, especialista em governança corporativa.

O acionista Eduardo Siufi, 26 anos, é um dos que estão otimistas com a iniciativa. Dono de ações de seis companhias, o consultor de negócios diz que muitas vezes não tem condições de participar de assembleias por falta de tempo ou pela distância. Mas isso seria diferente se

o investidor pudesse acessar os encontros via internet. “Eu certamente seria um adepto em todas as empresas que estou comprando”, afirma. Até o momento, nenhuma das companhias em que Siufi é acionista divulgou informações sobre o assunto.

Além de despertar otimismo nos agentes do mercado, a novidade também tem provocado muitas dúvidas sobre como será adotado o voto remoto na prática. Um dos principais questionamentos é se o voto à distância será uma ferramenta obrigatória para as empresas, ou se cada uma poderá optar por oferecer ou não este serviço. A lei informa que, nas companhias abertas, o acionista poderá participar e votar remotamente em assembleia geral, nos termos da regulamentação da CVM, mas existem divergências sobre a questão da obrigatoriedade.

O advogado Thiago Giantomassi, sócio da área de mercado de capitais do escritório Demarest, acredita que o voto remoto é opcional, não uma obrigação. Segundo ele, as companhias têm feito consultas ao escritório sobre a lei, mas devem aguardar a regulamentação da CVM antes de tomar qualquer decisão. “Como existe pouca informação, ►

Para melhorar o relacionamento, a Natura levou os minoritários até sua sede, em Cajamar (SP), e vai repetir a dose





Tereza, da MZ Consult: troca de opiniões com a CVM

as empresas vão esperar uma posição da autarquia”, afirma.

O órgão que regula o mercado de capitais informou que conta com um grupo de trabalho dedicado ao assunto, produzindo pesquisas sobre as experiências internacionais e discutindo a questão internamente. Apesar de ainda não ter regulamentado o tema, a CVM informou que isso não é um impedimento para a realização de uma assembleia que faça uso do voto remoto. “Hoje, caso uma companhia tenha interesse em realizar uma assembleia com o uso de voto não presencial, a Superintendência de Relações com Empresas da CVM analisará a questão da mesma maneira que procede com as demais assembleias, buscando verificar se os requisitos legais estão sendo cumpridos”, informou.

Outras dúvidas do mercado recaem sobre o funcionamento da assembleia com participação à distância, como a possibilidade de interação do acionista que quiser fazer perguntas ou sugestões, além da necessidade de tradução para os investidores estrangeiros. O mercado também questiona como lidar com uma eventual queda na conexão de internet. Andrade, da Polo Capital, defende que seja criado um sistema flexível para que minoritários possam apresentar considerações aos itens de pauta. “Por exemplo, facilitar o pedido de voto múltiplo para



A nova ferramenta, segundo Chaves, do Demarest, facilita o debate

conselheiros ou que minoritários possam se unir a outros em propostas.” O voto múltiplo é uma forma de os investidores se organizarem em um grupo para a eleição do conselho de administração, para conseguir um assento. Segundo ele, muitas companhias não facilitam o recebimento de manifestações ou votos contrários à pauta da assembleia, e estes ficam escondidos, pois as atas são redigidas de forma sumária.



Fraca participação dos minoritários é cultural, diz Giantomassi

A presidente da MZ Consult, Tereza Kaneta, conta que a consultoria foi chamada pela CVM em dezembro de 2011 para conversar sobre o tema. A executiva também participou de um evento promovido pela BM&FBovespa sobre o assunto no final do ano passado e diz que não houve consenso sobre essas questões entre os advogados, pois a palavra final ainda não foi dada pela autarquia. Hoje, a MZ já tem uma plataforma pronta pa-

PORTAL DOS MINORITÁRIOS

Os minoritários que procuram fontes de informação contam com um site especializado desde o final do ano passado. O Transparência e Governança (www.transparenciaegovernanca.com.br) foi lançado em setembro de 2011 com o objetivo de ser um fórum independente de debates que possam fomentar a melhoria dos direitos dos acionistas minoritários e a aplicação de boas práticas em governança corporativa no Brasil. Segundo Claudio Andrade, um dos sócios da Polo Capital, que está à frente do projeto, o site tem obtido boa repercussão entre investidores minoritários.

O caso da Laep, empresa que adquiriu os ativos da Parmalat, atraiu a atenção e é o caso mais comentado até o momento, tendo sido tema de aproxi-

madamente 20% das participações dos membros ativos no site. Na sequência, vieram os casos da Oi, por causa de seu processo de reestruturação, e a venda da Ipiranga. Os casos sobre essas duas companhias atraíram conjuntamente cerca de 14% dos usuários ativos do site.

Na visão de Andrade, o mercado brasileiro está evoluindo para se tornar um mercado bem mais ativo e mais participativo, mas é preciso haver iniciativas para educar esses investidores e garantir que exerçam seus direitos. “A grande maioria das companhias é controlada e alguns acionistas controladores não enxergam os minoritários como sócios, apenas como financiadores”, afirma.



Siufi está otimista com a possibilidade do voto remoto

ra funcionar com o voto à distância, batizada de Voto Fácil.

Tantas dúvidas devem inibir o uso do voto remoto na temporada de assembleias deste ano, que vai até abril. "Não acredito que a virtualização ocorrerá em 2012, porque as empresas ainda não têm tanta desenvoltura com o tema", afirma o advogado Daniel Alves Ferreira, do escritório Mesquita Pereira, Marcelino, Almeida Esteves Advogados, cuja equipe participa de mais de 400 assembleias ao ano para representar seus clientes.

Uma das empresas mais proativas em relação a suas assembleias (*leia mais ao lado*), a Natura não pretende adotar o voto à distância ainda este ano. Segundo o diretor de Governança Corporativa da empresa, Moacir Salzstein, a nova proposta é muito positiva, pois tem como objetivo aproximar e facilitar a relação com acionistas minoritários. "Porém, ainda existem alguns pontos que precisam ser esclarecidos e, por cuidado, não traremos a opção do voto eletrônico este ano", afirma.

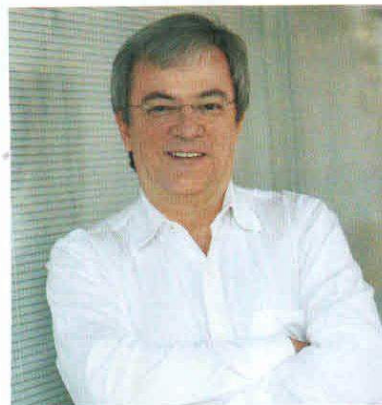
Uma vez que as dúvidas sejam sanadas, ainda resta saber até que ponto o voto à distância será suficiente para atrair a participação dos investidores. Os especialistas lembram que este tipo de envolvimento não é comum na cultura brasileira, e o quórum costuma ser baixo até mesmo em reuniões de condomínio.

EVENTOS SÃO NOVIDADE

Apesar de o Brasil estar distante do modelo de assembleias de empresas dos Estados Unidos, onde esses eventos chegam a reunir multidões em estádios de futebol, algumas companhias brasileiras estão começando a dar maior atenção a suas reuniões com acionistas. Dois exemplos que se destacam neste quesito são a Natura e a SulAmérica. No ano passado, a Natura enviou convites personalizados a seus acionistas e ofereceu ônibus fretados que levaram os investidores à sua sede em Cajamar (SP). Cerca de 200 pessoas compareceram ao evento, no qual fizeram perguntas e sugestões à diretoria da empresa.

Após acompanhar a assembleia e participar de um brunch, os investidores assistiram a um vídeo sobre o trabalho da Natura com as comunidades do Norte do país e experimentaram a nova linha de sabonetes da marca. Participaram de uma sessão de perguntas ao presidente e aos fundadores da Natura, Luiz Seabra, Pedro Passos e Guilherme Leal. O diretor de Governança Corporativa da Natura, Moacir Salzstein, afirma que, este ano, a empresa fará um evento nos mesmos moldes, agendado para 13 de abril. "Desde 2010, abrimos o Espaço Natura a nossos acionistas, em um dia aberto não apenas para votação, mas para diálogo, troca de experiências e entendimento maior de nossa empresa", diz.

Um dos acionistas que participaram do evento foi Eduardo Siufi, que tem pa-



Salzstein: "Desde 2010, abrimos o Espaço Natura para os acionistas"

péis da Natura desde 2010. Ele conta que se surpreendeu ao receber um convite para a assembleia por meio de uma carta nominal, que depois foi confirmada por um telefonema da equipe de relações com investidores. "Durante o evento, tive a sensação de também ser dono da empresa", conta, destacando que tanto grandes quanto pequenos investidores foram tratados da mesma forma pela Natura.

Outra companhia que está trabalhando para se aproximar dos acionistas é a SulAmérica. No ano passado, a seguradora promoveu pela primeira vez um evento para atrair parte de sua base de 1,4 mil acionistas na modalidade pessoa física. Depois da assembleia, que ocorreu na sede da empresa no Rio de Janeiro, os acionistas fizeram um tour pelas instalações.

"Existe a visão de que uma andorinha só não faz verão, e isso é uma questão cultural", diz Renato Chaves. O advogado do Demarest também tem dúvidas de que a redução de custos será suficiente para garantir uma participação expressiva no curto prazo.

Do lado das empresas, a expectativa é que aquelas com capital pulverizado, sem controle definido, sejam mais rápidas para aderir ao novo sistema, pois

quando a empresa tem controle difuso, a participação de outros acionistas é maior. Na prática, as companhias que têm controle acionário definido geralmente fazem propostas na assembleia que já foram aprovadas internamente. Seja qual for a opção do mercado, o fato é que, a partir de agora, existe mais uma alternativa disponível para empresas que desejam incentivar a participação de seus acionistas minoritários. ■